

Um fardo pesado para ombros jovens (parte 1)

O grupo TPTG ("Os Filhos da Galeria" em grego) analisa o desenvolvimento dos movimentos gregos contra as reformas educacionais, e a própria lógica da educação. A segunda parte, que virá nos próximos dias, é uma cronologia dos acontecimentos mais relevantes. Esses texto data de 1998.

"Não são livros, nem notas. O que nos falta é vida"

A lei educacional 2525 estabeleceu os fundamentos da escola empresarial que parece ser a forma futura do que costumávamos conhecer por educação fundamental e secundária. Se formos apenas 10 anos atrás, no começo dos anos 90, descobriremos que uma lei análoga estava sendo discutida. Algumas de suas cláusulas, que o governo de direita tentou passar na época (deixando as fundamentais de lado, por enquanto), tentavam restaurar a disciplina das escolas estatais por meio de uniformes, orações diárias, um sistema de avaliação por pontos e uma diminuição no número de faltas permitidas. Um movimento de ocupação de escolas vigoroso, que contava, até certo ponto, com o apoio silencioso do partido socialista, seguiu-se a essas tentativas. Logo as cláusulas foram retiradas, o ministro da educação se demitiu e nenhum governo tentou impor reformas em larga escala até 1997.

A questão é, portanto, o que mudou nesse meio tempo na sociedade grega e no sistema educacional em particular. Então, vamos tentar explicar as coisas um pouco. A versão grega da escola democrática de massa foi desenvolvida durante o fim dos anos 70 e começo dos anos 80, durante o curto período de social democracia e de recuperação das exigências populares e da classe trabalhadora. Esse acesso facilitado às escolas secundárias para os filhos de trabalhadores e camponeses (que eram excluídas antigamente da educação mais avançada) tinha como bandeira ideológica o slogan da "igualdade de oportunidade". Consumo em massa da educação se tornou o veículo principal de mobilidade social, uma vez que essa cumpria um papel quase igualitário. Rapidamente a escola (tanto secundária quanto a universidade) se tornou um campo de conflitos sociais, competição, grandes expectativas e contradições.

A democratização da educação causou uma produção em massa de expectativas (e um aumento correspondente das camadas de servidores públicos e pequena-burguesia nos anos 70 e 80, por ex. em 1982 68,7% dos graduandos universitários trabalhavam no setor público); de forma gradual, a massa inicialmente homogeneizada de estudantes se tornou uma composta por consumidores/usuários individualizados de educação. Frontistira (cursinhos, um tipo de instrução particular – individual ou em grupo) é uma originalidade grega indicativa da mentalidade pequeno-burguesa dominante e da demanda crescente em educação: 97% dos

estudantes gastam 2-6 horas por dia nessas escolas suplementares que os “treinam” para uma instrução bem sucedida, o que nas suas mentes sempre significou entrada na universidade. O custo médio da mensalidade por estudante no ensino secundário equivale a um salário mínimo.

No entanto, o aumento do desemprego no começo dos anos 90, assim como a explosão de ambições individualistas, ocasionou uma crise na reprodução social, uma crise no papel de seleção e alocação desempenhado pela educação. Era uma crise na divisão hierárquica do trabalho (especialmente devido ao aumento sem qualquer proporção do número de graduandos universitários) e uma crise de disciplina e significado na escola, uma crise de legitimidade em outras palavras que foi um golpe pesado na educação estatal. O capital tentou lidar com ela impondo a lei 2525.

A primeira oposição a lei foi o movimento de 2 de junho. Na superfície, essa luta poderia ser vista como uma luta contra a abolição da lista de tempo de serviço dos professores. Até recentemente, os professores (tanto das escolas secundárias como primárias) terminavam seus estudos e se inscreviam numa lista de tempo de serviço esperando para serem nomeados. Gradualmente, o grande número de professores e os cortes de orçamento estatais na educação ampliaram tanto essa lista que o professor médio tinha que esperar mais ou menos uma década para ser nomeado. A lista de tempo de serviço era uma das últimas instituições que lembravam a “obrigação” do estado social-democrático de garantir uma ocupação estável. Supostamente ela reconhecia direitos de trabalho iguais para títulos iguais, no entanto os milhares de professores desempregados (não-nomeados) era uma prova do contrário. O concurso para a contratação de professores em substituição tentou muitos, principalmente graduandos jovens desempregados ou em empregos temporários, que caíram vítimas da ideologia capitalista de meritocracia.

O movimento de Junho foi melhor sucedido pelo movimento de ocupação de escolas secundárias. Esse movimento evidenciou a lei 2525 mais do que o de Junho fez, uma vez que o seu alvo, os novos métodos de avaliação no ensino médio, constituíam o núcleo duro da lei. Ele também se opôs a competição, à rotina exaustiva, à falta de significado, à tirania do sobre-trabalho, à expulsão de estudantes da escola por meio do aumento das provas, à sua divisão em “merecedores” e “não-merecedores”. De uma forma indireta, ele levantou o problema de um futuro sombrio de desemprego, insegurança e exploração. No entanto, a questão da escravidão assalariada e a sua relação íntima com a educação não foi tratada com a importância que mereciam. Então, inevitavelmente, os argumentos e as exigências (além do slogan dominante e geral de “abaixo com a lei 2525”) se focaram na questão das provas e foram expressos de várias formas: por uma suspensão temporária dos exames do segundo ano do ensino médio nesse ano, ou a sua abolição ou a diminuição das matérias

avaliadas etc. De forma similar ao movimento de Junho, faltava uma clareza verbal das exigências e um discurso emancipatório correspondente à sua práxis. É por causa disso que ambos os movimentos flertaram com os slogans sociais-democráticos tradicionais da esquerda e os usaram como remendos para cobrir a sua falta de um discurso imaginativo. Imagens contraditórias de adolescentes rebeldes jogando coquetéis molotov e pedras contra policiais enquanto entoavam slogans entediados como “queremos uma educação estatal compulsória de 12 anos” foram um fenômeno comum nas manifestações. Outros slogans eram claramente hooliganísticos, outros cheios de conotações sexuais, outros xingamento puro e simples contra o primeiro ministro. A imaginação suprimida e a inabilidade de colocar ideias novas em palavras, que permitiram que aos slogans sociais-democráticos dominarem, tiveram sua vingança nas ruas; manifestações foram ficando cada vez mais vívidas e violentas: tambores, fogos de artifício, espantalhos ou burros como símbolos do ministro da educação, ovos, vegetais, iogurte, laranjas, garrafas e coquetéis molotov, todos viraram munição de uma guerra pobre em palavras mas rica em sentimento. Bloqueios de rua foram feitos campos de espontaneidade e conflitos violentos entre estudantes e motoristas: freqüentemente aqueles que atropelavam estudantes e fugiam em sua “indignação” provavam ser membros do Partido Socialista. Os estudantes não ficavam passivos quando atacados por motoristas zangados, jogando ovos ou pedras contra eles. Também eram cordiais com os motoristas simpáticos e jogavam futebol ou sentavam em carteiras tomando as ruas por horas.

O papel dos professores na rebelião estudantil foi bastante ambíguo. A maioria deles ficou passiva, torcendo secretamente pela derrubada da lei através do movimento que estava ocorrendo. Vários participaram ativamente na luta ajudando os estudantes a se defenderem das ações coordenadas dos pais, promotores públicos e ministério. A crise de legitimidade que a escola secundária passa não deixou o prestígio dos professores ileso: a antiga imagem “progressista” e humanista da vocação apagou-se, embaçada pelas críticas contraditórias de preguiça, incompetência, autoritarismo e irresponsabilidade. Dessa forma ela abriu caminho para um profissionalismo crescente dentre os professores aspirantes a melhorias no seu desempenho através da imposição da lei 2525. Mais concretamente, alguns deles, desejando novas oportunidades de carreira, acreditam que uma seleção mais estrita de estudantes e professores ajudará a colocar as coisas no lugar: eles mesmos conseguirão ser promovidos ensinando aos estudantes “merecedores”, enquanto a massa de professores “inúteis” e estudantes “analfabetos” será expulsa.

O papel dos pais por outro lado não foi menos complicado. Em relação a sua atitude quanto ao movimento, eles podem ser divididos em duas categorias: aqueles que pertenciam ao Partido Socialista governante e o resto. Os primeiros apoiaram sem muita vontade os seus filhos no começo, deixando os seus medos pelo futuro deles

prevalecer sobre a sua lealdade ao partido. No entanto, depois do natal, quando o movimento ficou mais violento, eles mostraram a sua preferência: alguns deles iriam atacar escolas ocupadas e estudantes fisicamente, dissolver as suas assembléias, chamar a polícia ou contratar seguranças privados para guardar escolas, processar estudantes, atropelá-los em bloqueios de rua ou atacar os poucos professores, pais ou outros que apoiavam os estudantes. No entanto, membros do partido socialista ou não, a maioria dos pais aceitam a futura insegurança no trabalho dos seus filhos como um “fato incontornável” porque eles mesmos como trabalhadores foram derrotados nessa década. Eles estão ávidos para pagar mais e mais pela instrução suplementar privada, mas não toleram que seus filhos se rebelem contra escola empresarial e assim indiretamente contra a miséria do desemprego e da flexibilidade.

É tentador aqui tentar fazer uma comparação: enquanto os pais do começo dos anos 90 apoiavam os seus filhos no movimento de ocupação da época contra algumas cláusulas menores de um projeto de lei e as cláusulas assumidamente similares às da lei 2525 nunca alcançaram ser colocadas em prática, hoje em dia eles parecem ter minimizado seus sonhos pequeno-burgueses para a carreira dos filhos e se submeteram aos ditados do capital.

No começo dos anos 90 havia um sentimento de incerteza sobre o futuro do estado, da educação gratuita, dos empregos e direitos em geral, mas enquanto as lutas não ficavam isoladas como ficaram hoje em dia e eram consequentemente vitoriosos (apesar de nem sempre serem radicais como as atuais), a esperança se materializava em solidariedade ativa. Isso é verdade, é claro, não só para os pais, mas para os proletários em geral. Exceto por uma pequena minoria (principalmente jovens, estudantes e professores que estavam envolvidos no movimento de Junho), a maioria dos proletários apenas assistiu ao movimento estudantil na televisão. Geralmente passivos, davam sorrisos constrangidos frente aos slogans dos estudantes e à agitação das manifestações ou bloqueios de rua (quando não ficavam com raiva por causa do engarrafamento) mas no final das contas balançavam as cabeças em desaprovação e desconfiança das suas possibilidades de vencer, se sentindo fracos eles mesmos.

A decomposição da classe trabalhadora que estamos presenciando não afetou o movimento estudantil apenas de uma forma externa, por ex. através da falta de solidariedade. Ela se manifestou dolorosamente nos processos internos do próprio movimento: apenas uma minoria dos estudantes estava ativamente presente nas escolas ocupadas, especialmente no período de declínio. Poucas discussões relevantes para a lei ou as manifestações foram feitas nas escolas, poucos panfletos foram distribuídos nas manifestações e ainda menos esforços foram feitos para coordenar ações e comunicar as várias escolas ocupadas. Até certo grau o

individualismo, essência da lei que os estudantes estavam combatendo, acabou sendo o seu inimigo mais traiçoeiro e perigoso, levando a isolamento e finalmente a uma derrota amarga.

É difícil terminar esse texto com uma conclusão otimista, especialmente com as últimas informações das escolas sobre estudantes enlouquecendo num labirinto de provas e com sinais de competição cada vez mais freqüentes (geralmente sobre notas) aparecendo entre eles. Será o assunto de um texto futuro avaliar os traços que essa revolta estudantil deixou tanto no campo da escola como na sociedade em geral.

Traduzido por L.M. em Maio de 2010.

Um Fardo Pesado Para Ombros Jovens (parte 2)

CRONOLOGIA do movimento

Em Agosto de 1997 a lei 2525 foi aprovada, introduzindo reformas significativas em todos os níveis da educação. No que diz respeito à educação secundária todos os tipos existentes de escolas de ensino médio são abolidas e unificadas em um tipo: a assim-chamada “Escola Unificada de Ensino Médio”. Até agora o papel das escolas estatais de ensino médio tem consistido em fornecer um certificado de três anos de presença necessário para entrada na universidade. Era apenas um estágio preparatório, e realmente um estágio “relaxado”, uma vez que as notas não faziam nenhuma diferença para a universidade: haviam provas nacionais em 4 assuntos no fim do terceiro ano. A nova lei “aumenta” o status da escola estatal introduzindo uma avaliação constante dos alunos por meio de múltiplas provas, testes diários (alguns tratando do comportamento do aluno e de sua personalidade) e um certificado nacional de estudos com notas de todas as matérias dos últimos 2 anos determinante para entrada na universidade. Provas nacionais com 14 assuntos no fim do segundo e terceiro anos correspondentes iriam por sua vez determinar as notas. Além das provas, novos livros foram dados baseados num modelo predominantemente formalístico, tipicamente americano em origem (por ex. questões de múltipla escolha) fazendo o significado difícil de perceber ou desaparecer totalmente.

No entanto, demorou quase um ano para os estudantes perceberem as novas reformas propagandeadas como “Abrir Horizontes” e “Acesso Livre às Universidades”, por foi nesse ano escolar (1998-99) que a lei entrou em funcionamento na escola secundária.

A primeira ocupação de escola começou no meio de Outubro na cidade de Thessalonika e pelo meio de Novembro 300 escolas de ensino médio haviam sido ocupadas dentro de um total de 1200 escolas (escolas ginásiais são mais ou menos 1800). No começo houveram mais ocupações espalhadas pelo país, nas cidades provinciais e vilarejos que em Atenas – uma situação que mudou depois.

O ministro da educação, que construiu uma imagem de si mesmo como um político intransigente, responsabilizou o Sindicato dos Professores pelo movimento estudantil e apenas para manter um espetáculo de negociação os convidou para discutir questões tão irrelevantes que até a facção do Partido Socialista no sindicato o desaprovou. O movimento foi se tornando gradualmente em uma rebelião: até o meio de dezembro 1/3 das escolas ginasiais e de ensino médio (cerca de 1000) foram fechadas. Grandes manifestações foram organizadas em Atenas e vários outros lugares em todo o país, praticamente uma toda semana, de uma animação em competição com a violência crescente. Os principais alvos eram prefeituras ou prédios governamentais em geral, jornalistas, policiais e delegacias (especialmente em lugares onde conflitos com a polícia e prisões já haviam ocorrido). Quase todo dia as avenidas de Atenas e outros lugares eram bloqueados, uma prática iniciada pelos comitês de coordenação das escolas ocupadas (controlados pelo Partido “Comunista”) que pretendia apenas ser simbólica e de curta duração, no entanto os estudantes tornaram esses bloqueios em explosões de raiva e campos de jogo.

Contrabalanceando o comitê estudantil do PC que, apesar de não representar ninguém além dos membros do partido, estava tentando se estabelecer como órgão institucional e parceiro de negociação através de conferências de imprensa, um Iniciativa Estudantil foi formada por estudantes de mais ou menos 20 escolas ocupadas em Atenas. Foi um esforço honesto de pessoas jovens para se organizarem apesar de esquerdistas de várias organizações se apressarem a guiá-los, que não conseguiu sucesso no entanto.

Pouco antes dos feriados natalinos o ministro anunciou algumas alterações na lei, que provaram ser quase nada mesmo em comparação com as propostas conservadoras feitas por partidários do governo. Este apostou na fadiga estudantil e nas ações realizadas por membros do partido disfarçados de “pais indignados” para colocar um fim na rebelião. Durante o natal a maioria das escolas desertou e muitas voltaram ao normal no começo de janeiro. No entanto, um número grande permaneceu ocupado. Foi nessas que ocorreram as tentativas de invasão por parte de pais brutamontes para tentar prevenir os estudantes de fazer assembleias e votar pela ocupação. Promotores públicos começaram procedimentos legais aqui e ali respondendo a denúncias ou exigências anônimas feitas por administradores de escolas secundárias locais.

O governo ameaçou os estudantes com a perda do ano escolar e pediu aos diretores para chamar por procuração pública na hora. Os diretores não obedeceram, com a exceção de alguns (geralmente membros do Partido Socialista) que aterrorizaram tanto estudantes como professores simpáticos ao movimento. O Sindicato de Professores denunciou a repressão estatal e convocou uma greve de dois dias. Na primeira semana após os feriados a tensão nas escolas estava pesada. Onde quer que os pais impedissem as assembleias os estudantes respondiam com faltas de aula. Cenas de violência e ridicularização se tornaram um fenômeno cotidiano: um estudante perseguido por um professor e pelo diretor e ameaçado de entrega aos policiais e ao promotor público pulou do primeiro andar da sua escola ocupada e ficou ferido. Pais ocuparam uma escola eles mesmos de noite tomando vantagem do pequeno número de estudantes em guarda, depois contrataram seguranças privados para vigiá-la. Um diretor e alguns pais dormiram na escola com pitbulls perto deles de forma a prevenir uma ocupação pelos estudantes. Um prefeito e alguns pais pegaram um

grupo de funcionários municipais e ocuparam a escola da sua área, mas os estudantes selaram as portas enquanto os professores fizeram greve de um dia em protesto.

Nos bloqueios de rua as coisas não foram mais calmas: “motoristas indignados”, frequentemente quadros do Partido Socialista, atropelavam estudantes e fugiam ou os ameaçavam com bastões, apenas para serem enterrados sob montanhas de ovos, yogurte ou pedras.

No meio de Janeiro o número de ocupações de escola tinha estabilizado em mais ou menos 700, com metade delas em Atenas. Nas manifestações, um novo método policial foi lançado: no fim delas, enquanto as pessoas dispersavam em pequenos grupos a tropa de choque prendia principalmente estudantes jovens julgando apenas pela aparência. Alguns desses estudantes sofreram processos criminais.

Uma coisa nova foi a presença dinâmica dos estudantes Albanianos. Aqueles destes que foram presos acabaram sendo espancados por policiais racistas ou ganharam um corte de cabelo grátis, como foi o caso de uma estudante albaniana jovem. Uma grande publicidade foi dada ao incidente com grande clamor hipócrita contra policial (que foi suspenso) tanto por parte do governo quanto dos meios de comunicação num esforço espetacular de tentar passar batido as várias prisões e acusações criminais pesadas – apenas em Atenas o número de presos foi mais de 50. O caso mais sério foi o de um estudante albaniano que foi processado com duas acusações graves (uma delas sendo incêndio premeditado por jogar um coquetel molotov contra a tropa de choque). Ele foi espancado de forma selvagem pelos policiais e preso por algum tempo. Apenas depois dos seus companheiros se manifestarem contra a sua detenção (e da mediação de alguns políticos “sensíveis”) que ele foi liberado, à espera de julgamento. Essa manifestação estudantil de noite com isqueiros, embora não tão grande quanto poderia ser uma vez que os políticos profissionais eram iguais em número aos estudantes, foi um dos mais importantes acontecimentos não só da rebelião estudantil, mas dessa década, pela solidariedade mostrada num país caracterizado por atitudes racistas contra albanianos.

No final de janeiro o ministro convidou pra uma “troca de ideias” 50 estudantes selecionados, cabeças dos conselhos estudantis – um órgão formal dos estudantes geralmente ultrapassado e caído em descrédito durante movimentos radicais – numa manobra espetacular para parecer conciliatório e legitimar as mudanças insignificantes relacionadas às provas que ele fez na lei. Pouco depois os comitês controlados pelo PC recuaram da sua exigência inicial de derrubada da lei e aceitaram a abolição ou mesmo suspensão das provas desse ano para o segundo ano. Eles insistiram numa reunião com o ministro, que recusou, e dessa forma provaram o quanto era muito mais importante para o PC o reconhecimento do seu comitê como um parceiro de negociação oficial do que a derrubada da lei.

Apesar dos desacordos entre as várias facções partidárias dentro dele, o Sindicato dos Professores concentrou-se claramente na questão das provas do segundo ano e não na lei como um todo. No fim de semana de 30-31 Janeiro, o sindicato estava prestes a ter uma reunião para decidir algumas propostas definitivas ao ministro e dessa forma ajudá-lo a salvar lei menos alguns detalhes. Eles estavam tentando mostrar aos estudantes que eles

podiam representá-los e indiretamente guiá-los. No entanto, a iniciativa estudantil pensava diferente: algumas dúzias deles “invadiram” os escritórios sindicais exigindo participar da reunião. Esta foi interrompida e a facção do Partido Socialista denunciou a intervenção estudantil. No outro dia os estudantes estavam presentes de novo apenas para enfrentar professores esquerdistas (principalmente maoístas) que se concentraram lá para proteger a reunião que qualquer interrupção e defender o sindicato. De qualquer forma, ela aconteceu e não conseguiu chegar a nenhuma proposta concreta. Praticamente, a ação dinâmica dessa minoria de estudantes apenas prolongou o fim do movimento por algumas semanas. Gradualmente, cada vez mais escolas voltaram às aulas num clima de tensão, fadiga e desânimo. Pelo meio de fevereiro as últimas fortalezas (as escolas que estavam ocupadas por quase 3 meses) caíram. A festa tinha acabado (?)

Maio de 1999

Ta Paidia Tis Galaria (Os Filhos da Galeria)

P.O. Caixa 76149

N. Smirni

17110

Atenas, Grécia

E-mail: kokkino@otenet.gr